



Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

Sertões Holding S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente





Sertões Holding S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas..... 1

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados do exercício	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	10



Building a better
working world

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Sertões Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Sertões Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza



relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos'.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	196	126	16.655	19.321
Contas a receber de clientes	5	-	-	7.690	5.365
Dividendos a receber	6	11.487	8.603	-	-
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	-	-	54.461	51.998
Outros ativos circulantes		46	3	1.388	1.389
Total do Ativo Circulante		11.729	8.732	80.194	78.073
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	-	-	614.407	608.375
Investimentos	8	389.823	377.288	-	-
Imobilizado		-	-	52	33
Outros ativos não circulantes		-	-	714	112
Total do Ativo Não Circulante		389.823	377.288	615.173	608.520
Total do Ativo		401.552	386.020	695.367	686.593
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	9	6	16	5.145	8.486
Empréstimos	10	-	-	13.952	5.873
Ações preferenciais resgatáveis (APRs)	10	1.174	-	1.174	-
Debêntures	11	-	-	1.915	437
Dividendos a pagar	6	-	1.388	-	1.388
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		-	8	598	578
Provisão contingente	13	-	-	-	357
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	12	-	-	-	1.602
Outros passivos circulantes		-	2	1.154	828
Total Passivo Circulante		1.180	1.414	23.938	19.549
Não Circulante					
Empréstimos	10	-	-	196.194	210.584
Ações preferenciais resgatáveis (APRs)	10	120.000	120.000	120.000	120.000
Debêntures	11	-	-	35.719	36.065
PIS/COFINS diferidos		-	-	20.828	20.279
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	12	-	-	17.575	15.510
Provisão contingente	13	-	-	741	-
Total Passivo Não Circulante		120.000	120.000	391.057	402.438
Patrimônio Líquido					
Capital social	14	225.057	225.057	225.057	225.057
Adiantamento para aumento de Capital	14	-	160	-	160
Reserva legal	14	2.393	292	2.393	292
Reserva de lucros	14	16.910	3.085	16.910	3.085
Reserva de capital	14	36.012	36.012	36.012	36.012
Total Patrimônio Líquido		280.372	264.606	280.372	264.606
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		401.552	386.020	695.367	686.593

(Em milhares de reais)

Demonstração do resultado do exercício	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	15	-	-	77.765	12.617
Custos dos bens construídos e serviços prestados	16	-	-	(3.611)	(839)
Resultado operacional bruto		-	-	74.154	11.778
Despesas e receitas operacionais					
Outras despesas e receitas operacionais	17	(202)	(76)	(1.833)	-
Amortização do ágio	8	(6.551)	-	(6.551)	-
Participação de equivalência patrimonial	8	48.789	8.035	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		42.036	7.959	65.770	11.778
Despesas financeiras	18	(17.060)	(2.142)	(40.350)	(5.871)
Receitas financeiras	18	22	34	3.123	509
Resultado financeiro líquido		(17.038)	(2.108)	(37.227)	(5.362)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		24.998	5.851	28.543	6.416
Contribuição social	12	-	(3)	(998)	(161)
Imposto de renda	12	-	(5)	(2.083)	(333)
Contribuição social diferida	12	-	-	(163)	(28)
Imposto de renda diferido	12	-	-	(301)	(51)
Lucro líquido do exercício		24.998	5.843	24.998	5.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	24.998	5.843	24.998	5.843
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	24.998	5.843	24.998	5.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2022	-	-	-	-	-	-	-
Subscrição de capital	225.057	-	-	-	-	-	225.057
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	160	-	-	-	-	160
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.843	5.843
Constituição de reservas	-	-	36.012	4.163	292	(4.455)	36.012
Dividendos intercalares	-	-	-	(1.078)	-	-	(1.078)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(1.388)	(1.388)
Saldo em 31 dezembro 2022	225.057	160	36.012	3.085	292	-	264.606
Reversão de reserva de lucros	-	-	-	(3.085)	-	-	(3.085)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(160)	-	-	-	-	(160)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	24.998	24.998
Constituição de reservas	-	-	-	16.910	2.101	(19.011)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(5.987)	(5.987)
Saldo em 31 dezembro 2023	225.057	-	36.012	16.910	2.393	-	280.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		24.998	5.852	28.543	6.416
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>					
Depreciação - imobilizado		-	-	13	8
Juros sobre empréstimos tomados	10	-	-	14.851	4.406
Juros sobre APR	10	17.014	2.021	17.014	-
Juros sobre debêntures tomados	11	-	-	3.637	688
Provisão (reversão) de contingências		-	-	384	-
Receita diferida	15	-	-	(15.047)	(2.466)
Tributos diferidos	15	-	-	549	-
Amortização da mais valia/ágio	8	6.551	-	6.551	-
Equivalência Patrimonial	8	(48.789)	(8.035)	-	-
Rendimento sobre aplicação financeira		-	(34)	-	(509)
Lucro ajustado		(226)	(196)	56.495	8.543
Variações dos Ativos e Passivos operacionais					
Contas a receber de clientes		-	-	(2.325)	(648)
Outros ativos		(44)	(2)	(1.223)	(133)
Fornecedores e outras contas a pagar		(10)	16	(3.342)	(128)
Outros passivos		(2)	-	327	59
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6)	-	(2.438)	2
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(288)	(182)	47.494	7.695
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adiantamento para futuro aumento de capital		(160)	160	(160)	160
Aquisição de imobilizado		-	-	(32)	-
Aplicações financeiras e recursos financeiros		-	34	-	509
Dividendos recebidos	6	26.818	9.730	-	-
Caixa líquido usado nas (gerado pelas) atividades de investimentos		26.658	9.924	(192)	669
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Recursos provenientes de empréstimos		-	120.000	-	120.000
Pagamento de empréstimos	10	-	(120.000)	(5.879)	(120.958)
Juros pagos de empréstimos	10	-	(8.538)	(15.283)	(10.273)
Juros pagos APR	10	(15.840)	-	(15.840)	-
Pagamento de debêntures	11	-	-	(559)	-
Juros pagos de debêntures	11	-	-	(1.947)	-
Dividendos pagos	6	(10.460)	(1.078)	(10.460)	(1.078)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos		(26.300)	(9.616)	(49.968)	(12.309)
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa		70	126	(2.666)	(3.945)
Variação do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		126	-	19.321	-
Caixa na aquisição de financiamentos		-	-	-	23.266
No final do exercício		196	126	16.655	19.321
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa		70	126	(2.666)	(3.945)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas)
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sertões Holding S.A. (“Companhia” e “Sertões”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de março de 2022 e domiciliada na Praia de Botafogo, 440, sala 1801 – Botafogo – Rio de Janeiro-RJ. O objeto social é a participação no capital de outras sociedades empresárias ou não empresárias, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior.

A Sertões Holding S.A. foi constituída em março de 2022 com capital social inicial de R\$150,00, com o objetivo de viabilizar a aquisição da parcela remanescente da Lest Transmissora de Energia S.A. (“LEST”). Em 14 de novembro de 2022 se tornou acionista na Lest Transmissora de Energia S.A quando a companhia V2I Energia S.A. transferiu 88,32% das ações os quais detinha sobre a LEST para a companhia Sertões em contrapartida a subscrição e integralização de capital na Companhia constituindo capital social de R\$210.055. Em 23 de dezembro de 2022, passou a deter 100% de participação acionária na LEST, aumentando assim o capital social para R\$290.137.

1.1. Informações sobre a controlada

Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

A Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (“Investida”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 2016 e domiciliada Praia de Botafogo, 440, sala 1801 – Botafogo – Rio de Janeiro-RJ.

Em 2021 a V2I Energia S.A. era detentora de 100% do capital da Lest, e no dia 23 de dezembro de 2022 a Sertões Holding S.A. comprou as ações da LEST da V2I Energia S.A.

O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL e são descritas a seguir:

Concessão

Em 24 de abril de 2017, a Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interveniência e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Coinvestimento | Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público n.º 005/2016–ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Informações sobre a controlada--Continuação

Concessão--Continuação

Em 11 de agosto de 2017, a investida assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV – Luiz Gonzaga, bloco I, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó – Jardim, em 500 kV, bloco II, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

Receita Anual Permitida - RAP

O investimento total previsto era de aproximadamente R\$324.000. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$44.500 (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considerava o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020, entretanto, a antecipação na entrega do Bloco I, (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), em 23 de fevereiro de 2020, permitiu o início da operação comercial, antecipada em 24 meses em relação ao cronograma da Aneel. Em 13 de dezembro de 2020 entrou em operação o Bloco II, concluindo o empreendimento.

A Investida solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24 de outubro de 2018, através do Ato Declaratório Nº 168.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Informações sobre a controlada--Continuação

Receita Anual Permitida - RAP--Continuação

A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó – Jardim), foi emitida em 10 de dezembro de 2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), foi emitida em 18 de janeiro de 2019.

A LO (Licença de Operação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), foi emitida em 23 de dezembro de 2019. A emissão da LO (Licença de Operação) do Bloco 2 (trecho Xingó – Jardim), foi emitida em 13 de dezembro de 2020.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Controlada aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.1. Base de elaboração e apresentação--Continuação

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 25 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

- (a) Contas a receber (ativo da concessão) - mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o exercício da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.

- (b) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.
- (c) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos - são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros—Continuação

Ativos financeiros --Continuação

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Instrumentos de dívida ao
VJORA

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais ao
VJORA

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros --Continuação

de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, as controladas são responsáveis por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, as controladas mantêm suas infraestruturas de transmissão disponíveis para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis—Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

- (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificadas e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.5. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. “Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Dividendos--Continuação

estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

I - Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e*
- b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.*

3.6. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.7. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.8. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.9. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.11. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual.

3.12. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

a) Correntes

O imposto de renda é apurado sobre a base presumida na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre a base presumida reconhecida pelo regime de competência.

b) Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.13. Imposto de renda e contribuição social---Continuação

(b) Diferidos --Continuação

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes

3.14. Impostos sobre a receita

Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.15. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.16. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2023

3.16.1 Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	IFRS 17	01.01.2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	01.01.2023

3.16.2 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 06 - Arrendamentos	IFRS 16	01.01.2024
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IAS 1	01.01.2024
CPC 03 (R1) Demonstrações do fluxo de caixa	IFRS 7	01.01.2024

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.17. Outras considerações sobre os valores correspondentes

Certos valores correspondentes do balanço patrimonial referentes a 31 de dezembro de 2022, apresentados nas demonstrações contábeis para fins de comparação, foram reclassificados para melhor comparabilidade, em função dos seguintes itens:

- (a) Apresentação destacada em diferentes contas patrimoniais dos valores correspondentes ao efeito do *Gross Up* de Pis e Cofins no cálculo do ativo de contrato, refletindo, portanto, a aplicação do item 7.10 do CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro sobre a compensação de saldos;
- (b) Outras reclassificações para melhor apresentação.

		Consolidada		Consolidada
		31/12/2022		31/12/2022
		Divulgado	Ajuste	Reclassificado
Ativo				
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(a)	50.100	1898	51.998
Tributos a recuperar	(b)	1.262	(1.262)	-
Despesas antecipadas	(b)	122	(122)	-
Depósitos judiciais e cauções	(b)	5	(5)	-
Outros ativos circulantes	(b)		1.389	1.389
Ativo circulante		76.175	1.898	78.073
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(a)	589.994	18.381	608.375
Ativo não circulante		590.139	18.381	608.520
Ativo Total		666.314	20.279	686.593
Passivo				
Passivo circulante		19.549	-	19.549
Pis e Cofins Diferido	(a)	-	20.279	20.279
Passivo não circulante		382.159	20.279	402.438
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		666.314	20.279	686.593

4. Caixa e equivalentes de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição de caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa		-	5	107
Banco	11	-	127	-
Aplicação financeira (i)	185	126	16.523	19.214
Total	196	126	16.655	19.321

(i) Controladora: Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Soberano RF Simples LP FICFI) que teve no ano de 2023, remuneração referenciado ao CDI de 99,34% (2022 96,81%). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, debêntures e letras financeiras.

Consolidada: Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú CORP Plus RF Referenciado DI – FIC) e pelo Banco do Nordeste (BNB FIC FI RF REF DI), que tiveram no ano de 2023, remuneração média referenciado ao CDI de 98,69% (2022 96,75%). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5. Contas a receber de clientes

A composição de contas a receber de clientes é como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias (a)	-	-	6.357	5.365
CDE (b)	-	-	1.333	-
Total	-	-	7.690	5.365

(a) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$521 em 05/01/2024, R\$519 em 15/01/2024, R\$4.166 em 25/01/2024, R\$519 em 05/02/2024 e R\$632 provenientes de créditos a serem recebidos.

(b) CDE refere-se a uma bonificação que a CCEE nos paga por adimplência e possuímos três meses em aberto os quais receberemos no decorrer do próximo exercício.

6. Partes relacionadas

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Controladora

Dividendos a receber

A composição de dividendos a receber é como segue:

	Saldo em 31/12/2022	Dividendos adicionais	Dividendos propostos	Dividendos recebidos	Saldo em 31/12/2023
LEST	8.603	18.115	11.588	(26.818)	11.487
Total	8.603	18.115	11.588	(26.818)	11.487

Dividendos a pagar

A composição de dividendos a pagar é como segue:

	Saldo em 31/12/2022	Reversão da Reserva de lucros	Dividendos adicionais (i)	Dividendos propostos	Dividendos Pagos	Saldo em 31/12/2023
V2i Energia	1.388	3.085	263	5.724	(10.460)	-
Total	1.388	3.085	263	5.724	(10.460)	-

(i) A companhia distribuiu dividendos adicionais no montante de R\$ 10.460 durante o exercício de 2023. Como os dividendos mínimos propostos calculados ao final do exercício (R\$ 5.724) ficou abaixo do valor distribuído, a companhia distribuiu os R\$263 como dividendos adicionais.

7. Concessão do Serviço Público (Ativo de Contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

7. Concessão do Serviço Público (Ativo de Contrato) --Continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a controlada passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela controlada Lest para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Receita Anual Permitida - RAP

O investimento total previsto era de aproximadamente R\$324 milhões. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$44,5 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considerava o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020, entretanto, a antecipação na entrega do Bloco I, (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), em 23 de fevereiro de 2020, permitiu o início da operação comercial, antecipada em 24 meses em relação ao cronograma da Aneel.

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$61.379 para o exercício de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 (Resolução Homologatória N° 3.067) e R\$54.935 para o exercício de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 13 de dezembro de 2020 entrou em operação o Bloco II, concluindo o empreendimento. teve a sua entrada em operação parcial em fevereiro/2020, uma antecipação de 24 meses em relação ao cronograma Aneel.

A Companhia solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24 de outubro de 2018, através do Ato Declaratório N° 168.

A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 10 de dezembro de 2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 18 de janeiro de 2019.

A LO (Licença de Operação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 23 de dezembro de 2019. A emissão da LO (Licença de Operação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 13 de dezembro de 2020.

7. Concessão do Serviço Público (Ativo de Contrato) --Continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita Anual Permitida - RAP--Continuação

A entrada em operação do Bloco 1 ocorreu em 23 de fevereiro de 2020 e a entrada em operação do Bloco 2 ocorreu em 30 de dezembro de 2020.

a) Consolidada

Descrição	LEST
Linhas de Transmissão	
Margem de construção	56,47%
Margem de operação e manutenção	10,00%
Taxa de remuneração	5,06%
Índice de correção dos contratos	IPCA
RAP Anual	62.527
Ativo de contrato 31/12/2021	540.010
Receita de operação e manutenção	6.287
Receita de operação e manutenção - margem	630
Remuneração do ativo de contrato	65.206
RAP realizada	(59.085)
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	2.538
Mais valia na aquisição de investimentos	104.787
Ativo de contrato 31/12/2022	660.373
Receita de operação e manutenção	6.587
Receita de operação e manutenção - margem	658
Remuneração do ativo de contrato	67.045
RAP realizada	(61.667)
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	2.423
Apropriação de mais valia	(6.551)
Ativo de contrato 31/12/2023	668.868
Circulante	54.461
Não-circulante	614.407

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$62.527 para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024 (Resolução Homologatória N° 3.208) e R\$61.379 para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da

7. Concessão do Serviço Público (Ativo de Contrato) --Continuação

a) Consolidada--Continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

8. Investimento

a) Controladora

A composição e movimentação do investimento é como segue:

Composição do Investimento

	LEST		
Investimento em 31/12/2022			377.288
Investimento em 31/12/2023			389.823
	LEST	Mais valia	Total
Movimentação			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	272.501	104.787	377.288
Equivalência patrimonial	48.789	-	48.789
Dividendos propostos	(11.588)	-	(11.588)
Dividendos intercalares	(18.115)	-	(18.115)
Amortização mais valia		(6.551)	(6.551)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	291.587	98.236	389.823

Dropdown

No dia 18 de novembro de 2022 a Companhia recebeu da sua investidora V2I Energia S.A. 88,32% de participação na companhia Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., em contrapartida a emissão de ações na Companhia ("Dropdown").

Ainda em 2022, no dia 23 de dezembro de 2022 a Companhia passou a deter 100% de participação na companhia Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S. A., conforme demonstrado a seguir:

8. Investimento--Continuação

a) Controladora--Continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S. A	88.826.968	290.137	100%
(-) Reversão AVJ na aquisição do investimento	-	(65.080)	-
	88.826.968	225.057	100%

9. Fornecedores

A composição de fornecedores é como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
O&M	-	-	359	415
Materiais	-	-	120	348
Serviços de terceiros	6	-	152	65
Aluguel	-	-	-	15
Outros	-	-	146	80
Provisão de custo de construção (a)	-	16	4.368	7.563
Total	6	16	5.145	8.486

- (a) Provisão referente a itens previstos no contrato de construção ainda não realizados, com expectativa de realização ao longo de 2024.

10. Empréstimos e Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)

A composição e movimentação das ações preferenciais resgatáveis (APRs) é como segue:

a) Controladora

Operação	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros
Ações preferenciais Resgatáveis Itaú (a)	121.174	120.000	31/10/2037	Semestral	CDI + 1,25%

- (a) Em 23 de dezembro de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis subscritos pelo Itaú Unibanco S/A, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos no montante total de R\$120.000 remunerados à taxa CDI.

(b)

10. Empréstimos e Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)—Continuação

a) Controladora--Continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A data do primeiro resgate parcial de ações é 30 de abril de 2027, e quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totalizam 18.423.129. Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$60.000, e parte como reserva de capital no montante de R\$60.000. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais (IFRS), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante. Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de dividendos fixos.

Empresa / Operação	31/12/2022	Despesa de Juros	Pagamentos de Juros	31/12/2023
Itaú - APRs	120.000	17.014	(15.840)	121.174
	120.000	17.014	(15.840)	121.174
Total circulante	-			1.174
Total não circulante	120.000			120.000

b) Consolidada

Operação	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB (a)	210.146	216.457	15/11/2038	Mensal	IPCA + 3,3467%
Itaú APR (b)	121.174	120.000	31/10/2037	Trimestral	DI + 1,25%
Total	331.320	336.457			

(a) Contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB), número 5.2018.905.5889 no valor de R\$211.352.890,52 celebrado em 11 de outubro de 2018, garantido por fiança bancária emitida pelo Itaú BBA em 30 de abril de 2019, a qual foi renovada até 18 de janeiro de 2024. O empréstimo possui cláusulas de vencimento antecipado não vinculadas ao desempenho financeiro da companhia. Em 31 de dezembro de 2023 não havia parcelas inadimplidas.

(b) Em 23 de dezembro de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis subscritos pelo Itaú Unibanco S/A, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos no montante total de R\$120.000 remunerados à taxa CDI. O prazo de resgate é até 30 de abril de 2027, e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totalizam 18.423.129. Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$60.000, e parte como reserva de capital no montante de R\$60.000. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais (IFRS), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante. Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de dividendos fixos.

10. Empréstimos e Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)—Continuação

b) *Consolidada--Continuação*

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da carteira de empréstimos e Ações Preferenciais Resgatáveis estão demonstradas a seguir:

Empresa / Operação	31/12/2022	Despesa de Juros	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2023
Sertões					
Itaú APR	120.000	17.014	-	(15.840)	121.174
LEST					
Financiamento BNB	216.457	14.851	(5.879)	(15.283)	210.146
	336.457	31.865	(5.879)	(31.123)	331.320
Total circulante	5.873				15.126
Total não circulante	330.584				316.194

Os empréstimos e financiamentos, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidada
2025	-	7.279
2026	-	7.247
2027	6.195	14.508
2028	6.195	15.108
2029 a 2037	107.610	272.052
Total	120.000	316.194

11. Debêntures

A composição das debêntures e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

a) Consolidada

Movimentações contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)
1ª Emissão de Debêntures (a)	37.634	36.502	15/03/2034	Mensal	IPCA + 5,3649%

11. Debêntures—Continuação

a) Consolidada--Continuação

(a) Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitida em 16 de

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

setembro de 2019 no valor total de R\$27.000.000. Recursos utilizados em despesas relativas à implantação das linhas de transmissão. Amortizações semestrais com primeira parcela em 15 de setembro de 2023.

Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas, inexistindo evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas

Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas, inexistindo evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Empresa / Operação	31/12/2022	Despesa de Juros	Pagamentos de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2023
1ª Emissão de Debêntures (i)	36.502	3.638	(559)	(1.947)	37.634
	36.502	3.638	(559)	(1.947)	37.634
Total circulante	437				1.915
Total não circulante	36.065				35.719

As debêntures, classificadas no passivo não circulante, tem seu vencimento assim programado:

	<u>Consolidada</u>
2025	2.060
2026	2.395
2027	3.490
2028	5.414
2029 a 2034	22.360
	35.719

12. Despesa de Imposto de renda e contribuição social

Controlada LEST

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferido, são calculados sobre os

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valores de receitas do Ativo de Contrato, e são revertidos quando a companhia reconhece a RAP:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro presumido		
Receita anual permitida	4.916	56.928
Receita CDE	61.667	2.826
Receita operacional	66.583	59.754
Base presunção IRPJ 8%	5.327	4.780
Base presunção CSLL 12%	7.990	7.170
Receitas financeiras	3.101	1.470
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	8.428	6.250
Despesa de IRPJ	(2.083)	(1.539)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	11.091	8.640
Despesa de CSLL	(998)	(778)
Total de despesas IRPJ/CSLL	(3.081)	(2.317)
Receita do ativo contratual da concessão	15.047	12.907
Base presunção IRPJ 8%	1.201	1.072
Despesa de IRPJ diferido	(301)	(268)
Base presunção CSLL 12%	1.806	1.608
Despesa de CSLL diferida	(163)	(145)
Total de despesas IRPJ/CSLL	(3.545)	(2.730)

13. Provisão contingente

A Companhia e sua controlada são parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Controlada LEST

Em 31 de dezembro de 2023 a controlada LEST possui 24 processos de servidão e 2 de reparação de danos materiais com prognóstico provável

	31/12/2023	31/12/2022
Constituições de Provisões – Prováveis	741	357
Total	741	357
Circulante	-	357
Não circulante	741	-

14. Patrimônio líquido

a) Controladora

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$290.137 e está representada por 88.826.968 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de ações	Valor	% do capital social	Quantidade de ações	Valor	% do capital social
V2i Energia S.A.	88.826.968	290.137	100%	88.826.968	290.137	100%
	88.826.968	290.167	100%	88.826.968	290.137	100%

Em 14 de novembro de 2022 houve aumento de capital por meio de emissão de 67.015.663 ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$3,13 por cada ação, totalmente subscritas e integralizadas pela V2i Energia S.A. através da transferência de ações correspondentes a 88,32% das ações da companhia Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (“LEST”) pelo seu valor de mercado de R\$210.054.731.

14. Patrimônio líquido--Continuação

Em 23 de dezembro de 2022 houve aumento de capital por meio de emissão de 21.810.305 ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$3,13 por cada ação, totalmente subscritas e integralizadas pela V2i Energia S.A. através da transferência das ações remanescentes da LEST por seu valor de mercado de R\$

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

80.082.510.

Por se tratar de transação com a controladora da Companhia, os aumentos de capital com aporte de investimento em participação societária foram ajustados ao valor contábil, uma vez que não se configuram uma transação de combinação de negócios e, portanto, estão fora do escopo do CPC 15 (R2) Combinação de Negócios, e, a sua manutenção a valor justo configuraria uma reavaliação de ativos na controladora da Companhia, V2i Energia S.A., o que não é permitido pelas normas contábeis adotadas no Brasil.

O quadro abaixo apresenta a reconciliação do valor de mercado e do valor contábil do aporte efetuado:

	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.	88.826.968	290.137	100%
(-) Reversão AVJ na aquisição do investimento	-	(65.080)	-
	88.826.968	225.057	100%

No exercício de 2023 não houve alteração no capital social da Companhia.

Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia recebeu da sua controladora V2I Energia S.A. no ano de 2022 o valor de R\$160, o qual foi devolvido para a acionista no exercício de 2023:

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	160
Total	-	160

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

14. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva legal--Continuação

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido do exercício	24.998	5.843
Remuneração APRs	17.014	-
Base para cálculo das reservas	42.012	5.843

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva legal (5%)	2.101	292
Saldo inicial	292	-
Calculado no ano	2.101	292
Total	2.393	292

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25%, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios ocorreu da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	24.998	5.843
Remuneração APRs	17.014	-
Base para cálculo de Reservas	42.012	5.843
Reserva legal (5%)	(2.101)	(292)
Dividendos prioritários	(17.014)	-
Base para dividendos	22.897	5.551
Alíquota	25%	25%
Dividendos mínimos	5.724	1.388
Dividendos adicionais	263	-

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

14. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva de Lucro--Continuação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	24.998	5.843
Reserva legal (5%)	(2.101)	(292)
Dividendos propostos	(5.987)	(1.388)
Reserva de lucros	16.910	4.163

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo inicial	3.085	-
Reversão de reserva de lucros	(3.085)	-
Calculado no ano	16.910	4.163
Dividendos pagos	-	(1.078)
Total	16.910	3.085

Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	24.998	5.843
Lucro líquido por ação	0,2814	0,0658

15. Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é assim demonstrada:

	<u>Consolidada</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita anual permitida	61.667	9.909
Receita de remuneração do ativo de contrato	15.047	2.465
Receita CDE	4.916	774
Encargos do consumidor	(886)	(142)
PIS e Cofins sobre faturamento	(2.430)	(69)
PIS e COFINS diferido	(549)	(320)
Total	77.765	12.617

16. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os saldos dos custos e despesas operacionais especificados na Demonstração de resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gosto.

	<u>Consolidada</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo com serviços tomados	(4.551)	(671)
Custo com pessoal	(465)	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo com materiais	(273)	-
Custo com locação de veículos	(81)	-
Custo com impostos e taxas	(14)	-
Custo com energia elétrica	(301)	(27)
Demais custos	(547)	(141)
Reversão de provisão (i)	2.621	-
Total	(3.611)	(839)

(i) O montante refere-se à reversão de custos provisionados os quais anteriormente foram reconhecidos no passivo, que após revisão a administração concluiu que as condições e eventos que originaram a provisão inicialmente estimada não se materializaram conforme previsto, resultado na reavaliação da probabilidade de saída de caixa associada a esses custos.

17. Outras despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros tomados	-	(62)	(990)	-
Despesas com Internet e Telefonia	-	-	(460)	-
Depreciação e amortização	-	-	(13)	-
Outras despesas operacionais	(202)	(14)	(370)	-
Total	(202)	(76)	(1.833)	-

18. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Juros e variações monetárias (i)	(17.014)	(2.021)	(35.502)	(5.094)
IOF, comissões e taxa	-	(23)	(4.673)	(769)
Multa e acréscimos moratórios	-	(1)	(40)	(1)
Outras despesas financeiras	(46)	(97)	(135)	(7)

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas financeiras	(17.060)	(2.142)	(40.350)	(5.871)
Receita com aplicação financeira	23	34	2.847	509
Outras receitas financeiras	(1)	-	276	-
Receitas financeiras	22	34	3.123	509
Resultado financeiro, líquido	(17.038)	(2.108)	(37.227)	(5.362)

(i) Controladora: O valor de juros sobre empréstimos tomados em 31/12/2023 é R\$17.014 e em 31/12/2022 é R\$2.021.

Consolidado: O valor de juros sobre empréstimos tomados em 31/12/2023 é R\$31.865 e em 31/12/2022 é R\$4.406. O valor de juros e atualização monetária das debêntures em 31/12/2023 é de R\$3.637 e em 31/12/2022 é de R\$688.

19. Seguros

a) Consolidado

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (a)	Risco Operacional	70.000	08 de maio de 2023 até 08 de maio de 2024
Chubb Seguros Brasil (b)	Responsabilidade Civil Geral	20.000	07 de maio de 2023 até 07 de maio 2024

(a) Seguro de risco operacional, com apólice 1800002580133, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$70 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 351.

(b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 16.51.0038752.12, pela Chubb Seguros Brasil, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$20 milhões. e um prêmio anual no valor de R\$ 37.

20. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	Controladora		Consolidada	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	196	126	16.655	19.321
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
	Nível	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Concessionárias e permissionárias	2	-	-	7.690	5.365
Passivo mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos	2	121.174	120.000	331.320	336.457
Debêntures		-	-	37.634	36.502
Fornecedores	2	6	16	5.145	8.486

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2023 da controladora é de 0,4530% e no consolidado 1,379510%.

A Administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

20.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma companhia de transmissão é recebida das companhias que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

a) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2023 da controladora é de 0,4530% é no consolidado de 1,379510%.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

20.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

21. Eventos subsequentes

A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* * *

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor

**Responsável técnico pelas demonstrações
contábeis**

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9